



REFLEXÕES SOBRE A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

GARCES, Solange Beatriz Billig¹; BIANCHI, Patrícia Dall'Agno²; ANTUNES, Fabiana Ritter³; COSTA, Aline Cezar⁴

Resumo: As Universidades brasileiras estão organizadas de forma constitucional a partir de um tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, o qual deveria ocorrer de forma indissociável, mas na prática o que vimos se concretizar é estes três elementos coadunarem-se de forma separada. Assim, o objetivo deste estudo bibliográfico é trazer uma reflexão sobre a extensão a partir dos seguintes vieses: o não lugar da extensão nas Universidades; a extensão como questão de debates em arenas públicas na atualidade; a curricularização da extensão como necessária para seu reconhecimento prático nas IES e como responsável pela formação humana e cidadã dos acadêmicos.

Palavras- Chave: Indissociabilidade. Formação. Humanização. Cidadania.

Abstract: The Brazilian Universities are organized in a constitutional way from a Teaching-Research-Extension tripod, which should occur in an inseparable way, but in practice what we have seen come to fruition is these three elements to co-exist separately. Thus, the objective of this bibliographical study is to bring a reflection about the extension from the following biases: the non-place of extension in the Universities; the extension as a matter of debates in public arenas nowadays; the curricularisation of extension as necessary for its practical recognition in HEI and as responsible for the human and academic formation of the academics.

Keywords: Indissociability. Formation. Humanization. Citizenship.

¹ Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Políticas e Práticas Sociais (UNISINOS). Prof.^a Titular II da UNICRUZ. Docente Permanente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. Docente Colaboradora do PPG em Atenção Integral à Saúde –associação entre UNICRUZ e UNIJUÍ; Líder e Pesquisadora do GIEEH – Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano-CNPq/UNICRUZ. Pró-Reitora de Graduação UNICRUZ – Gestão 2014-2016 e Gestão 2017-2019.

² Doutora em Fisiologia (UFRGS). Prof.^a Titular II da UNICRUZ. Docente Permanente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. Pesquisadora do GIEEH – Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano-CNPq/UNICRUZ. Reitora de Graduação UNICRUZ – Gestão 2014-2016 e Gestão 2017-2019.

³ Doutoranda em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Mestre em Educação (UFSM). Especialista em Educação Física Escolar (UFSM). Licenciada em Educação Física (UNICRUZ). Professora do Curso de Pedagogia e Educação Física da UNICRUZ e UNIJUÍ. Assessora Pedagógica da Pró - Reitoria de Graduação da UNICRUZ. E-mail: fantunes@unicruz.edu.br

⁴ Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Especialista em Supervisão Escolar e Orientação Educacional (UNICRUZ). Licenciada em Pedagogia (UNICRUZ). Assessora Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação e Coordenadora de Extensão da Universidade de Cruz Alta. E-mail: acezar@unicruz.edu.br



INTRODUÇÃO

As Universidades no País estão organizadas de forma constitucional a partir de um tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, o qual deveria ocorrer de forma indissociável, mas na prática o que vimos se concretizar é estes três elementos coadunarem-se de forma separada.

Geralmente, o professor universitário que dá aulas (ensino), não faz pesquisa e não faz extensão, ou então, quando dá aula (ensino) e faz pesquisa, não faz extensão, ou ainda quem dá aula (ensino), e faz extensão, aí não faz pesquisa. Enfim, o mais difícil de acontecer de fato é o professor do ensino superior estar disposto a trabalhar como prática de ensino, a pesquisa e a extensão. Até mesmo porque ao professor que atua no ensino superior tem como exigência de formação ser pesquisador.

Sabemos, também, que na prática o *status* da pesquisa nas Instituições de Ensino Superior é bem maior que o da extensão, a qual sempre foi reconhecida como “a prima pobre”, ou seja, o lugar da extensão na Universidade sempre foi de menor valor. Por isso, um dos grandes desafios das Universidades é mudar essa realidade, haja vista a exigência legal que está a cobrar esta mudança, ou seja, o Plano Nacional de Educação (PNE-2014/2024), o qual indica que as Universidades, a partir da Meta 12.7 – deverão assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares para os cursos de graduação, em programas e projetos de extensão universitária. Portanto, estas reflexões iniciais nos levam a levantar alguns questionamentos: Se a função constitucional das Universidades é a concretização tanto do ensino, como da pesquisa e da extensão, porque temos que ainda por meio de outra legislação exigir que um mínimo de 10% seja garantido em termos de extensão? Essa legislação, na verdade, vem confirmar que de fato essa indissociabilidade não acontece na prática nas IES. Por conseguinte, trazer essa reflexão à comunidade acadêmica se faz necessária, em razão de que este debate é legítimo e precisa estar nas pautas de organização das IES, de forma que os três elementos que instituem as Universidades tenham pesos e importâncias iguais. Assim, o objetivo deste estudo bibliográfico é trazer uma reflexão sobre a extensão a partir dos seguintes vieses: o não lugar da extensão nas Universidades; a extensão como questão de debates em arenas públicas na atualidade; a curricularização da extensão como necessária para seu reconhecimento prático nas IES e como responsável pela formação humana e cidadã dos acadêmicos.



O NÃO LUGAR DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES

Mesmo sendo uma atividade fim assegurada na legislação vigente, no imaginário e cotidiano da comunidade universitária, a extensão não tem a mesma garantia de *status* acadêmico que o ensino e a pesquisa (BUARQUE, 1994). É ainda para alguns membros do corpo docente e discente entendida apenas como uma função isolada da universidade (MORAES, 2011). Isso se dá pela sua conturbada trajetória de avanços e retrocessos na busca por sua institucionalização e definição enquanto atividade acadêmica no interior das instituições de ensino superior.

Entre as vertentes históricas da extensão universitária brasileira, Gurgel (1986) destaca o conceito de disseminação do conhecimento herdado das universidades populares européias e incorporado às práticas de extensão nacionais a partir da oferta de cursos, conferências e seminários, bem como o modelo norte-americano caracterizado pela prestação de serviços à comunidade.

Quer sob a influência do modelo europeu de cursos e conferências, quer seguindo o padrão norte-americano de prestação de serviços, a extensão brasileira forja-se desarticulada das funções acadêmicas de ensino e pesquisa, com a finalidade de propagação dos princípios nacionalistas e assunção do compromisso social da universidade (IMPERATORE *et al.*, 2015, p.7)

Ao transcurso de sua história, a extensão universitária brasileira foi incorporando conceitos e concepções ao seu fazer, determinadas por condições históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas. Tem hoje uma polissemia de sentidos, mas uma reduzida importância no interior das instituições. Resquícios históricos de seu distanciamento das atividades do ensino e da pesquisa. Distanciamento que já inicia antes mesmo da criação da primeira universidade nacional.

Segundo Nogueira (2011), as concepções iniciais sobre extensão no Brasil, datadas do início do século XX se restringem a realização de cursos e conferências. É com essa compreensão que a extensão é também considerada no Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931⁵).

⁵ Em seu Art. 42, este Decreto referenda que: “A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferencias de caracter educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario.



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias
na Educação a Distância
III Mestrado de Trabalhos
Científicos do PIBID
VI Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



Embora o conceito de extensão, enquanto difusão cultural (oferta de cursos e conferências) tenha sido o primeiro a ser incorporado na Legislação com o objetivo de elevar o nível da cultura do povo, cabe destacar o conceito de prestação de serviço também presente nas atividades de extensão. Esses dois conceitos foram considerados na Lei da Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68), conforme seu artigo 20, o qual enfatiza que “as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968, p 01).

A Lei 5.540/68 refere-se à extensão de forma secundária e superficial, e a mantém desarticulada das demais atividades acadêmicas, acentuando seu caráter de opcionalidade. “Na concepção dessa lei, a Extensão é praticada por estudantes sem envolvimento de docentes e extra planejamento departamental. Isso lhe dá o caráter de atividade secundária, realizada de forma opcional, desvinculada das atividades acadêmicas” (NOGUEIRA, 2011, p.63).

Mesmo tendo sido considerada e assegurada enquanto atividade indissociável do ensino e da pesquisa na legislação nacional vigente, a extensão universitária, via de regra, em grande parte das IES, apresenta um conceito de extensão restrito às concepções históricas de difusão cultural e prestação de serviços, bem como, as atividades extensionistas permanecem sendo realizadas de forma opcional (NOGUEIRA, 2011). Ou seja, na prática, a extensão permaneceu como secundária, sendo que ainda hoje, as ações de extensão realizadas por estudantes são consideradas como atividades complementares.

Por outro lado, é necessário que a extensão possa ser considerada, não como terceira função, ou função social da universidade, mas como princípio educativo, produtora de um saber/conhecimento vivencial e entendida “como uma estratégia ou política institucional que baliza todas e cada uma das ações da IES, de maneira que ela não pode ser gerida ou avaliada sem envolver as dimensões do ensino, da administração e da pesquisa”(FOREXT, Carta de Florianópolis, 2002, p.02)

Nesse sentido, a extensão universitária, seja pela reflexão de sua relevância acadêmica, seja pela busca de sua institucionalização em âmbito nacional, tem sido pauta



frequente de debate em arenas públicas, fomentada especialmente pelos Fóruns Nacionais de Extensão⁶.

A EXTENSÃO COMO QUESTÃO DE DEBATES EM ARENAS PÚBLICAS

Se por um lado a extensão é ainda vista como uma função isolada da universidade, e persista sua dicotomia em relação às demais atividades acadêmicas, por outro, a luta e o movimento pela sua institucionalidade é de longa data. Destaca-se entre as mobilizações político-sociais de institucionalidade da extensão universitária, na perspectiva do comprometimento da universidade com as causas sociais, a mobilização do movimento estudantil, na década de 1970, que culminou na criação da CODAE – Coordenação de Atividades de Extensão⁷ vinculada ao MEC, que hoje mesmo extinta, desempenhou papel expressivo na reflexão sobre a extensão universitária, assim como para a institucionalização da extensão em âmbito nacional.

A criação da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) no MEC marcou o ápice de um processo histórico de avanço da Extensão Universitária no Brasil em que se viram imbricadas iniciativas extensionistas da sociedade civil, anteriores ao Golpe de 1968, tais como o Centro de Cultura Popular (CPC) da UNE e ações do Governo Militar na busca de subsumir tais iniciativas como a criação da Comissão Nacional dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC) e do Projeto Rondon. Até 1979, quando foi extinta, a CODAE acompanhou as atividades de extensão no país, sendo nossa última referência institucional no MEC (FOREXT/Carta de Porto Alegre, 2009, p.03)

A CODAE, mesmo tendo tido um curto período de funcionamento, foi significativa para a elaboração do Plano de Trabalho da Extensão Universitária em 1975. Este plano (cujos fundamentos explicitavam: os embasamentos sobre o compromisso social da Universidade, o caráter interdisciplinar das atividades de extensão, a necessária institucionalização da extensão e sua articulação com o ensino e a pesquisa, a valorização do saber popular e a necessária troca entre este com o conhecimento acadêmico) foi significativo - especialmente se considerado o quadro político de severa vigilância ideológica que vivia o país à época de sua

⁶ FOREXT - Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FOREXP - Fórum de Extensão das IES Particulares.

⁷ Criada em 1974 e extinta em 1979.



criação - para a afirmação de um conceito que superava as concepções de extensão até então vigentes (NOGUEIRA, 2005; NOGUEIRA 2011).

As percepções de extensão que compuseram o Plano Nacional de Extensão de 1975, no qual as ideias de Paulo Freire tiveram forte influência, foram adotadas como pontos de reflexão na discussão das políticas para as instituições de ensino superior (IES públicas) realizado pelo Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras a partir de sua fundação, em meados da década de 1980.

O Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX teve expressiva importância na concepção da Extensão enquanto atividade acadêmica, bem como na definição de diretrizes conceituais e políticas de ação para as IES Públicas. Fundamentos estes que foram reconhecidos pelo MEC no que tange a concepção nacional de extensão. Foi este também o conceito utilizado como referência pelas Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) quando da criação do ForExt – Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias, na década de 1990.

O reconhecimento legal da extensão universitária enquanto atividade acadêmica em caráter indissociável com o ensino e a pesquisa, no contexto do ensino superior brasileiro é assegurada a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que em seu Artigo 207 afirma que as universidades em suas ações didático-científicas e de gestão administrativa deverão obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com base nesse princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei nº 9.394/96 estabelece ainda a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade, exposto no Artigo 43, itens VI e VII da referida Lei (BRASIL, 1996)

A extensão universitária para além de seu princípio ontológico de socialização do conhecimento e de relação com a sociedade é um espaço ímpar de possibilidades e potência para a efetivação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão para além de um requisito legal, mas enquanto *práxis* pedagógica que precisa ser mais bem valorizada, e mesmo respeitada no pensar e fazer universitário. “Trata-se, essencialmente, de ver a extensão universitária como uma cultura, como uma prática, como um compromisso, indispensáveis à plena realização da universidade como instrumento emancipatório” (DE PAULA, 2013, p.22).

Jezine (2004) argumenta que para isso a extensão universitária precisa “deixar de ser uma função esporádica e assistemática para caracterizar-se como uma função acadêmica, que



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias
na Educação a Distância
III Mestrado de Trabalhos
Científicos do PIBIC
VI Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



compõe o pensar e o fazer universitário, constituindo-se parte integrante do currículo em uma perspectiva de interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino e pesquisa” (2004, p.02).

Nessa direção, convém destacar, os instrumentos nacionais de avaliação do SINAES⁸ cujos indicadores, especialmente os relacionados aos eixos pertinentes ao desenvolvimento e as políticas acadêmicas e administrativas ressaltam a ambiência da extensão em sua institucionalidade. Com especial destaque ao indicador 3.5 do Eixo 3 – Políticas Acadêmicas do Instrumento de Avaliação externa do SINAES que explicita as ações acadêmico-administrativas para a extensão universitária cuja avaliação busca considerar práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, a garantia de divulgação dessas ações no meio acadêmico, e ainda a existência de programas de bolsas e fomento que viabilizem a promoção de práticas exitosas e inovadoras (BRASIL, 2017).

Outro destaque quanto ao papel e relevância acadêmica da extensão é a Meta 12 do Plano Nacional de Educação 2014/2024, que trata diretamente da educação superior nacional. Entre as estratégias na busca por considerar sua inserção curricular e garantir a integralidade da vivência extensionista a todos os estudantes da educação superior, esta meta, em seu item 12.7 estabelece que sejam assegurados “no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Sobre isso é oportuno ponderar que para além de uma exigência legal, a Meta 12.7 possa ser considerada no interior das instituições como um momento de reflexão, um pensar diferenciado sobre o conhecimento e as práticas acadêmicas para uma nova concepção de universidade. Concepção em que a centralidade da formação não seja o currículo, o mercado, o capital ou mesmo o Estado, mas a ação de educar (ALVES, 2004).

De educar o ser humano nas suas múltiplas dimensões, dimensões que perpassam pelas interrelações pessoais, e pelo cuidado com os demais seres vivos.

⁸ E que norteiam as auto-avaliações institucionais de cada IES.



A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO COMO NECESSÁRIA E RESPONSÁVEL PELA FORMAÇÃO HUMANA E CIDADÃ DOS ACADÊMICOS

As práticas de extensão, para Sampaio e Síveres (2010), devem acontecer em todas as atividades acadêmicas da instituição. Devem ir além das atividades específicas de extensão, mas ser princípio e processo de aprendizagem. A extensão como parte indissociável do ensino e da pesquisa enquanto princípio educativo, que os autores compreendem como “*extensionalidade*”, (co)responsabiliza todos os atores do processo educativo a exercê-la em todas as atividades acadêmicas em que participam.

Sampaio (2010) considera que a extensão tem o compromisso de trazer para o cotidiano da academia os saberes construídos e que circulam no mundo da vida e promover nas esferas do ensino e da pesquisa o diálogo com esses saberes. Do mesmo modo, é compromisso da extensão sair dos muros da universidade e fazer ecoar nas instâncias do mundo da vida o conhecimento resultante da pesquisa e do ensino. “O ir e vir do conhecimento, da academia para as comunidades, para a rua, requer que a extensão seja vista como elemento constitutivo do fazer acadêmico” (SAMPAIO, 2010, p.31)

É indispensável, então, reformular o papel tradicional da extensão universitária, e deixar de considerá-la um mero complemento, secundário ou eventual, das áreas consideradas historicamente como principais: a pesquisa e a docência. Integrar tais funções significa gerar um modelo de universidade que, aberta e flexível, se estruture a partir das problemáticas sociais, deixando de usar a realidade como mera desculpa para sua autorreprodução (HUIDOBRO *et al*, 2016, p.61).

A dinâmica e modos diferenciados de convivência a partir das vivências experienciadas na extensão universitária em práticas socioculturais propostas em sinergia com o ensino e a pesquisa confere um olhar sensível e necessário à realidade social. Possibilita a produção e renovação do conhecimento, de modo a superar as concepções e práticas vinculadas ao modo de pensar cartesiano e a capacitação cognitiva/instrumental. A integração ensino, pesquisa e extensão fortalecem o desenvolvimento de outras capacidades humanas, entre elas a consciência social, a criatividade, a solidariedade, contribuindo para que os estudantes universitários possam, num exercício de cidadania e participação crítica e ética, pronunciar o mundo como compreensão e transformação.



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias
na Educação a Distância
III Mestrado de Trabalhos
Científicos do PIBID
VI Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a extensão ainda seja vista como uma função isolada da universidade, e persista sua dicotomia em relação às demais atividades acadêmicas, a mesma tem tido relevante destaque de debates em arenas públicas. Principalmente a partir do movimento dos Fóruns Nacionais de Extensão em que a tônica - dos diálogos e discussões - têm sido a de que a extensão universitária, em sinergia com o ensino e a pesquisa, se materializa como um processo mediador de aprendizagem, o qual permite às instituições de ensino superior cumprir com o seu papel social e ao mesmo tempo, com sua identidade institucional. Nesse intento destaca-se a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 em garantir a integralidade da extensão no processo de formação acadêmica, mesmo que limitada a 10% dos componentes curriculares. Dessa forma, cabe a cada instituição o movimento reflexivo sobre não apenas cumprir o Plano Nacional de Educação, mas buscar, por meio da curricularização da extensão, igualar suas ações, integrando de forma prática a extensão às atividades de ensino e pesquisa, considerando a indissociabilidade como princípio necessário e responsável pela formação humana e cidadã dos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Paulo. Aspecto Pedagógico da Extensão. **Revista Diálogos**. Brasília, v.4 (2004), Ensino e Extensão, 2004, p.12-15. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1217/1045>> Acesso em: 25 Nov.2016.

BRASIL. **Constituição Federal da República**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 Out. 2014.

_____. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 Nov. 2016.

_____. **Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 17 Nov. 2016.

_____. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 18 Out. 2014.



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias
na Educação a Distância
III Mestrado de Trabalhos
Científicos do PIBID
VI Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



_____. **Plano Nacional de Educação 2014/2024**. Brasília, DF. Disponível em:
<http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 08 Jul. 2016.

_____. **Instrumento de Avaliação Externa presencial e a distância**. Brasília, DF, abril.
2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-manuais>>.
Acesso em 20 Mar. 2018.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. 2 ed. São Paulo: Editora da
Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

DE PAULA, João Antonio. A extensão universitária: história, conceito e propostas.
Interfaces – Revista de Extensão da UFMG. Belo Horizonte, v.1, n.1, Jul/Nov, 2013, p. 05-
23.

FOREXT. **IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária e IV Assembléia
Nacional**. Florianópolis, 2002. Carta de Florianópolis.

_____. **XVI Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária e XI Assembléia
Nacional**. Porto Alegre, 2009. Carta de Porto Alegre.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São
Paulo: Cortez; Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

HUIDOBRO, Rodrigo Ávilla [et.al]. **Universidade, território e transformação social:**
reflexões em torno dos processos de aprendizagem em movimento. Tradução: Lucas Antônio
de Carvalho Cyrino. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo; Buenos Aires:
Editora Universidad Nacional de Avellaneda, 2016.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis
Ribeiro. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas
de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. *In: XV COLÓQUIO
INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU: Desafios da Gestão
Universitária no Século XXI, Mar del Plata. Anais... Argentina: 2015, p.1-16.*

JEZINE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. *In: 2º Congresso
Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte. Anais... 2004 p. 1-6* Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>> Acesso em: 26 Out. 2016.

MORAES, Maria Cândida. Prefácio. *In: MENEZES, Ana Luiza Teixeira de; SÍVERES, Luiz
(Org.). Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições
comunitárias de ensino superior (ICES)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p.09-16, 2011.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**.
Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SAMPAIO, Jorge Hamilton; SIVERES, Luiz. Construção conceitual de extensão na
Universidade Católica de Brasília – UCB. **Revista Diálogos**. Brasília, v.14, n.1, Construção
conceitual de extensão e outras reflexões significativas, 2010, p.73-82. Disponível em: <



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado em Tecnologias
na Educação a Distância
III Mestrado em Trabalhos
Científicos do PIBIC
V Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/2934/1844>> Acesso em: 30
Nov.2016.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. O movimento da vida e seus desafios à Extensão
Universitária. **Revista Diálogos**. Brasília, v.14, n.1, Construção conceitual de extensão e
outras reflexões significativas, 2010, p.25-32. Disponível em:
<<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/2925/1835>> Acesso em: 27
Nov.2016.

SANTOS, Pedro Floriano; SANTOS, Caio Floriano. A história da extensão universitária no
Brasil e o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES
Comunitárias. *In*: MENEZES, Ana Luiza Teixeira de; SÍVERES, Luiz (Org.).
**Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de
ensino superior (ICES)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p.206-227, 2011.